



**RIA FORMOSA**  
**POLIS LITORAL**  
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO  
DA ORLA COSTEIRA

**RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 5**  
**PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE**  
**CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

**Dezembro 2019**

## ÍNDICE

Enquadramento	3
1.Avaliação do Plano	5
2.Avaliação das Medidas de prevenção	8
Anexo I	10



## ENQUADRAMENTO

**PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**  
**RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 5 | 2019**

---

A Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 01 de julho de 2009, publicada no Diário da República, II Série, n.º 140, de 22 de julho, determinou requerer a todas as entidades públicas a elaboração dos respetivos Planos de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) e que as mesmas procedam à avaliação da execução desses planos.

Neste âmbito e no dever de colaboração com o CPC, o Conselho de Administração da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa (SPLRF) aprovou em maio de 2013 o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Seguindo as orientações do CPC, foi realizado em 2015 o primeiro Relatório de Monitorização que integrou uma avaliação ao próprio Plano, uma análise à sua implementação e uma avaliação das medidas de prevenção propostas, posteriormente, em outubro de 2016, e outubro de 2017 e dezembro de 2018 a Sociedade elaborou e aprovou o 2º, 3º e 4º relatório de monitorização, dando assim sequência ao compromisso assumido pela SPLRF neste âmbito.

O quinto Relatório de Monitorização agora apresentado, correspondendo ao ano de 2019, onde é efetuada uma nova atualização do próprio Plano decorrente da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 2 de outubro de 2019, que revoga a Recomendação de 7 de janeiro 2015.

O presente Relatório de Monitorização está estruturado em dois capítulos, a saber:

- Avaliação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLRF;
- Balanço da implementação das medidas preventivas dos riscos previamente identificados.

## **1. AVALIAÇÃO DO PLANO**

Dando sequência ao compromisso assumido pela SPLRF no seu Relatório de Monitorização ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aprovado em 2015, é apresentado o quinto relatório de monitorização da implementação do Plano, correspondendo ao ano 2019, contendo uma avaliação das medidas previstas (contando para o efeito com os contributos de todos os intervenientes na Sociedade) e os ajustamentos considerados necessários por via da prorrogação da SPLRF por mais um ano, deliberada na Assembleia Geral de 19 de dezembro de 2018, bem como da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 2 de Outubro de 2019.

#### **Coordenação e Gestão e Organograma de funcionamento da SPLRF**

Na Assembleia Geral realizada em 19 de dezembro de 2018 foi deliberado, por unanimidade, a prorrogação do prazo de liquidação da SPLRF para 31 de dezembro de 2019, mantendo-se inalterados os membros da Comissão Liquidatária (um presidente e dois vogais) e a mesma estrutura funcional.

Assim, a sociedade mantém o seu funcionamento com a equipa de técnicos e administrativos que asseguram a gestão e desenvolvimento das ações, bem como o respetivo funcionamento administrativo, e ainda um assessor para o desenvolvimento de projetos específicos, prevendo-se a sua continuidade durante o ano de 2019. No presente ano mantiveram-se inalterados os órgãos sociais da SPLRF.

#### **Responsável pela execução e monitorização da aplicação das medidas de prevenção de risco**

Uma vez que nesta Sociedade não existe qualquer estrutura, interna ou externa, responsável pela execução e monitorização ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, seguindo a Recomendação 3/2015, de 1 de julho, propõe-se a manutenção do atual responsável pela execução e monitorização do Plano - Dr. Rogério Filipe Neves Gomes.

#### **Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 2 de Outubro de 2019**

Esta recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção destina-se a todas as entidades que celebram contratos públicos, como é o caso da SPLRF, e visa dar cumprimento às recentes alterações ao CCP e as novas Diretivas europeias em matéria de contratação pública.

Tendo em conta as medidas apresentadas, identificam-se, por cada uma, as ações que a SPLRF tem vindo a desenvolver para o seu cumprimento.

- a) *Reforçar a atuação na identificação, prevenção e gestão de riscos de corrupção e infrações conexas nos contratos públicos, quanto à sua formação e execução, devendo, em especial fundamentar a decisão de contratar, a escolha do procedimento, a estimativa do valor do contrato e a escolha do adjudicatário.*



A SPLRF tem como procedimento instituído a elaboração de Comunicações de Projeto, onde, os técnicos responsáveis (chefes de projeto), discriminam todas estas componentes – fundamentação, escolha do procedimento, preço base e entidades a consultar - relativas à contratação, solicitando autorização para o lançamento dos concursos para prestações de serviços e/ou empreitadas. Estas Comunicações de Projeto são presentes a aprovação pela Comissão Liquidatária da Sociedade. Somente após essa aprovação, se efetiva o procedimento da contratação na plataforma eletrónica – ACINGOV-

*b) Adotar instrumentos de planeamento específicos em matéria de contratação pública*

A SPLRF rege as suas contratações de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento da Sociedade, aprovado em Assembleia Geral da mesma.

*c) Incentivar a existência de recursos humanos com formação adequada para a elaboração e aplicação das peças procedimentais respetivas, em especial, do convite a contratar, do programa de concurso e do caderno de encargos*

A SPLRF recorre ao Núcleo de Contratação Pública da Equipa Central do Programa Polis, que detém os adequados e necessários conhecimentos na matéria para a análise e aprovação das cláusulas constantes dos elementos que constituem uma contratação – convite, programas de concurso e caderno de encargos. No que respeita às condições técnicas a constar dos Cadernos de Encargos, essas são desenvolvidas pelos chefes de projeto, que tem a formação adequada à formatação, análise e acompanhamento da prestação de serviços respetiva e validados pelo gestor da intervenção, antes de serem colocados à aprovação da Comissão Liquidatária.

*d) Assegurar o funcionamento dos mecanismos de controlo de eventuais conflitos de interesse na contratação pública, designadamente os previstos no CCP e no Código de Procedimentos Administrativos.*

Os elementos que integram o Júri nos procedimentos de Contratação subscrevem individualmente e para cada procedimento uma Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses conforme modelo previsto no anexo XIII ao Código dos Contratos Públicos, em cumprimento do nº5 do artº 67º do referido diploma.

*e) Privilegiar o recurso a procedimentos concorrenciais em detrimento da consulta prévia e do ajuste direto.*

A escolha dos procedimentos de Contratação Pública é feita com base nos critérios de valor previstos nos artigos 19 e 20º do Código dos Contratos Públicos.

*f) Nos casos de recurso à consulta prévia ou ao ajuste direto, adotar procedimentos de controlo interno que assegurem o cumprimento dos limites à formulação de convites às mesmas entidades.*

Este controlo interno é garantido pela existência de um sistema de registo de adjudicação por fornecedor, acompanhado pelo Núcleo de Investimento e Financiamento da Equipa Central do Programa Polis, que

permite a consulta prévia dos limites orçamentais existentes para cada um dos fornecedores e garantindo assim o cumprimento dos limiares impostos pelo CCP.

- g) *Garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública, nomeadamente o cumprimento da obrigação de publicitação no portal da contratação pública*

Todos os procedimentos de Contratação cumprem as obrigações de publicitação previstas no CCP.

- h) *Assegurar que os gestores dos contratos são possuidores dos conhecimentos técnicos que os capacitem para o acompanhamento permanente de execução dos contratos e para o cabal cumprimento das demais obrigações decorrentes da lei.*

Os Gestores dos Contratos das ações previstas no Plano de Atividades da PLRF são os respetivos Gestores de Projeto e, portanto, são técnicos superiores habilitados tecnicamente ao acompanhamento dos contratos que lhes são cometidos. Os restantes contratos de funcionamento da SPLRF são acompanhados por técnicos experientes nas matérias respetivas.

#### **Caracterização das áreas de risco de corrupção e infrações conexas**

No que respeita às áreas de risco identificadas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SPLRF, nomeadamente a área de Contratação Pública incluíram-se os Riscos identificados e as respetivas Medidas de Controlo decorrentes da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 2 de Outubro de 2019, constando as mesmas no quadro que consta do Anexo I. Ao nível dos riscos de gestão financeira não se registaram quaisquer alterações face ao Relatório de Monitorização anterior.



## **2. AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO**

No presente capítulo pretende-se atualizar o ponto de situação relativo à implementação das medidas de controlo dos riscos de corrupção e infrações conexas previstas no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa e dar cumprimento ao compromisso assumido no Relatório de Monitorização de 2015 no que respeita à elaboração anual deste tipo de relatório, onde fosse feita a avaliação das medidas previstas (contando para o efeito com os contributos de todos os intervenientes na Sociedade), bem como realizar todos os ajustamentos considerados necessários.

Como ajustamento ao Quadro constante do Anexo I, identificaram-se os Riscos e as respetivas Medidas de Controlo na área de atuação de Contratação Pública, de forma a dar cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 2 de outubro de 2019.

De uma forma geral, considera-se que as medidas indicadas no Plano são adequadas e que, neste último ano continuaram a ser implementadas, na sua maioria, encontrando-se em curso as restantes, como metodologia de trabalho assumida pela Sociedade.

No Anexo I enumera-se as medidas previstas no Plano, associadas às grandes áreas de atuação da Sociedade, onde o Plano se centrou, nomeadamente: na área da contratação pública e gestão financeira, sendo que, para cada medida, é indicado o ponto de situação da sua implementação.

Olhão, dezembro de 2019

O Presidente da Comissão Liquidatária



---

(José António Faisca Duarte Pacheco)

O Vogal da Comissão Liquidatária



---

(Rogério Filipe Neves Gomes)

O Vogal da Comissão Liquidatária



---

(António Miguel Ventura Pina)

## ANEXO I

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS  
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 5 | 2019



Principais áreas de actividade: Contratação Pública (Aquisição de bens, serviços e empreitadas   Preparação, elaboração e execução de contratos)			
Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação
Iniciar um procedimento de contratação sem a devida justificação	Moderado	Aprovação pela Comissão Liquidatária de Comunicações de Projeto, onde, os técnicos responsáveis discriminam a fundamentação, escolha do procedimento, preço base e entidades a consultar	Procedimento interno instituído, sendo que nenhum procedimento de contratação é iniciado sem prévia aprovação da Comissão Liquidatária
Ausência de verificação pela SPLRF de eventuais impedimentos na composição dos "júris de procedimento	Fraco	Definir as atitudes comportamentais que os colaboradores devem adotar perante situações de conflitos de interesses por via da adoção de um Código de Ética e de Conduta	Medida implementada Existência de um Código de Ética e Conduta da SPLRF
Ausência de controlo pela SPLRF dos colaboradores e procedimentos envolvidos na contratação pública	Fraco	Os elementos que integram o júri nos procedimentos de Contratação subscvem individualmente e para cada procedimento uma Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses	Medida em curso
		Controlo interno por via do sistema de gestão documental	Medida implementada Utilização de sistema informático com registo de todos os procedimentos inerentes à contratação
		Mecanismos de controlo a vários níveis de avaliação e decisão por via da supervisão e aprovação da Comissão Liquidatária da Sociedade de todas as fases dos procedimentos de contratação pública (abertura de procedimento, nomeação de júri, critérios de avaliação, custo, empresas a consultar, relatórios de avaliação)	Medida em curso
		Publicitação das adjudicações	Medida implementada Publicitação no Portal Base Gov dos contratos celebrados ao abrigo das obrigações de comunicação do artº 465 do CCP
	Moderado	Divulgação aos intervenientes relevantes sobre as atualizações ao CCP	Medida em curso Participar em sessões de esclarecimento e formação sobre atualizações/revisões ao CCP Efetuadas sessões informais de esclarecimento sempre que necessário



**PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**  
**RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 5 | 2019**

Principais áreas de actividade: **Contratação Pública** (Aquisição de bens, serviços e empreitadas | Preparação, elaboração e execução de contratos)

Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Iniciar um procedimento de contratação sem a devida justificação	Moderado	Aprovação pela Comissão Liquidatária de Comunicações de Projeto, onde, os técnicos responsáveis discriminam a fundamentação, escolha do procedimento, preço base e entidades a consultar	Medida em curso	Procedimento interno instituído, sendo que nenhum procedimento de contratação é iniciado sem prévia aprovação da Comissão Liquidatária
Ausência de verificação pela SPLRF de eventuais impedimentos na composição dos "júris de procedimento"	Moderado	Definir as atitudes comportamentais que os colaboradores devem adotar perante situações de conflitos de interesses por via da adoção de um Código de Ética e de Conduta	Medida implementada	Existência de um Código de Ética e Conduta da SPLRF
	Fraco	Identificação e registo das situações de impedimento na composição dos júris de procedimento	Medida em curso	
	Fraco	Os elementos que integram o Júri nos procedimentos de Contratação subscrevem individualmente e para cada procedimento uma Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses	Medida em curso	
Ausência de controlo pela SPLRF dos colaboradores e procedimentos envolvidos na contratação pública	Moderado	Controlo interno por via do sistema de gestão documental	Medida implementada	Utilização de sistema informático com registo de todos os procedimentos inerentes à contratação
		Mecanismos de controlo a vários níveis de avaliação e decisão por via da supervisão e aprovação da Comissão Liquidatária da Sociedade de todas as fases dos procedimentos de contratação pública (abertura de procedimento, nomeação de júri, critérios de avaliação, custo, empresas a consultar, relatórios de avaliação)	Medida em curso	
		Publicitação das adjudicações	Medida implementada	Publicitação no Portal Base Gov dos contratos celebrados ao abrigo das obrigações de comunicação do artº 465 do CCP
		Divulgação aos intervenientes relevantes sobre as atualizações ao CCP	Medida em curso	Participar em sessões de esclarecimento e formação sobre atualizações/revisões ao CCP
				Efetuada sessões informais de esclarecimento sempre que necessário



**Principais áreas de actividade: Contratação Pública** (Aquisição de bens, serviços e empreitadas | Preparação, elaboração e execução de contratos)

Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Recurso a ajustes directos sem fundamentação técnica adequada	Moderado	A Sociedade, no caso de ajustes directos, efetua sempre consulta a pelo menos a 3 concorrentes. Só em casos muito excecionais e devidamente fundamentados, é que tem realizado procedimentos de convite a um único concorrente.	Medida em curso	Seguindo a Recomendação 3/2015, de 1 de julho, a Sociedade comprometeu-se no âmbito do seu relatório de monitorização a adoptar este procedimento
Contratação por consulta prévia ou ajuste directo sempre as mesmas entidades	Fraco	Controlo interno garantido pela existência de um sistema de registo de adjudicação por fornecedor, que permite conhecer os limites orçamentais existentes para cada um dos fornecedores.	Medida em curso	Este controlo é acompanhado pelo Núcleo de Investimento e Financiamento da Equipa Central do Programa Polis que dá apoio à SPLRF
Garantir a transparência nos procedimentos de contratação pública	Fraco	Todos os procedimentos de Contratação cumprem as obrigações de publicitação previstas no CCP, sendo que todos os contratos celebrados são publicados no Portal Base Gov	Medida em curso	



PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS  
RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO 5 | 2019

Principais áreas de actividade: <b>Gestão Financeira</b> (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)				
Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Pagamento de despesas após decisão de recusa de Visto pelo Tribunal de Contas	Fraco		Não se aplica	Não existiram recusas de Visto por parte do Tribunal de Contas
Pagamento de revisão de preços e trabalhos a mais antes que a respetiva despesa seja autorizada pela entidade com competência para o efeito	Fraco	Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e da Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida em curso	
Pagamento de trabalhos a mais, com vista à realização de trabalhos que resultam de empreitadas realizadas de forma deficiente	Moderado	Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e da Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida em curso	
Controlo na área do aprovisionamento quanto à gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos	Moderado	Existência de um orçamento anual que deve ter por base, planeamento, estratégia, rigor e ser aprovado previamente pela Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida implementada	
		Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e da Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida em curso	
Realização de despesa sem que esteja devidamente orçamentada	Fraco	Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental	Medida implementada	

Principais áreas de actividade: **Gestão Financeira** (Execução e acompanhamento dos contratos realizados; Contabilização, processamento, liquidação e pagamento de despesas; Prestação de contas a entidades externas)

Riscos identificados	Escala de Risco	Medidas de controlo	Ponto de Situação	Observações
Registo orçamental da despesa não respeitando todos os princípios orçamentais	Fraco	Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas	Medida em curso	
		Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e da Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida em curso	
		Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização	Medida em curso	
		Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros	Medida em curso	
Ausência de planeamento na gestão da tesouraria	Fraco	Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização	Medida em curso	
		Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental, aprovados pela Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida em curso	
Prestação de contas a entidades externas	Fraco	Ao nível externo a SPLRF presta informação sistemática aos organismos tutelares e outras entidades (nomeadamente à DGTF, DGO, SIOE), por via, por exp. da plataforma SIRIEF. Igualmente está sujeita a auditorias e inspeções externas por parte da sua tutela sectorial	Medida em curso	
		Realização de relatórios trimestrais e anuais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental, aprovados pela Comissão Liquidatária da SPLRF	Medida em curso	
Política de remunerações e atribuições de prémios de gestão	Fraco		Não se aplica	A remuneração dos órgãos sociais é fixada pelo acionista Estado, não estando prevista a atribuição de prémios de gestão.

